

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021

ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

HISTORICAL AND THEORETICAL ASPECTS OF PUBLIC POLICIES FOR YOUTH AND ADULT EDUCATION IN BRAZIL

Ane Kelly Severino Salvino

E-mail: anekellysalvino@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Acre (IFAC)

Artigo submetido em 09/2021 e aceito em 11/2021

Resumo

Este estudo tem como objetivo descrever o processo histórico e teórico da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil. Para tanto, desenvolveu-se uma revisão narrativa a partir de análise de artigos científicos, legislações, livros físicos e digitais, sem limite temporal, em português e disponíveis gratuitamente na íntegra nas plataformas: Google Scholar e Portal de Periódicos CAPES. Na qual foi verificado que a história da EJA acompanha o próprio processo histórico do país trazendo inúmeras contribuições para a escolarização e avanços para educação brasileira, sobretudo, aos excluídos da educação formal e ensino regular. Paralelo à trajetória histórica da EJA tem-se a criação e evolução das escolas técnicas e os institutos federais de educação, ciências e tecnologia, e a partir de então, na tentativa de integrar a educação profissional à educação básica na modalidade EJA, criou-se o PROEJA, que surgiu como uma proposta com ações educativas no intuito de proporcionar uma educação omnilateral e politécnica.

Palavras-chave: EJA. Ensino. Escola.

Abstract

This study aims to describe the historical and theoretical process of youth and adult education (EJA) in Brazil. Therefore, a narrative review was developed based on the analysis of scientific articles, legislation, physical and digital books, without time limit, in Portuguese and available free of charge in full on the platforms: Google Scholar and Portal de Periódicos CAPES. In which it was verified that the history of EJA follows the country's own historical process, bringing numerous contributions to schooling and advances for Brazilian education, especially to those excluded from formal education and regular education. Parallel to the historical trajectory of EJA has been the creation and evolution of technical schools and the federal institutes of education, science and technology, and from then on, in an attempt to integrate professional education to basic education in the EJA modality, it was created PROEJA, which emerged as a proposal with educational actions in order to provide an omnilateral and polytechnic education.

Keywords: EJA. Teaching. School.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sua construção fundamentada no próprio processo de formação histórica do Brasil e ambos apresentam semelhanças no que diz respeito a negações de direitos, exclusões e limites impostos.

Apesar das inúmeras melhorias observadas no processo de ensino-aprendizagem no que diz respeito à EJA, ainda assim, se percebe poucos avanços quando comparado com as políticas públicas destinadas ao ensino regular (BRASIL, 2007).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), no Brasil, ao longo dos anos de 2016 a 2018, a taxa de analfabetismo tem diminuído consideravelmente em algumas faixas etárias, ainda assim, quando se refere à idade acima de 25 anos, esse percentual aumentou 1%, sendo que em todo o país o total de analfabetos constituem 11,3 milhões, tendo como meta a erradicação até 2024. Além da taxa ser maior no público acima de 25 anos, outros grupos também possuem percentuais negativos como é o caso dos pretos e pardos.

Dado ao exposto, este estudo teve como objetivo descrever o processo histórico e teórico da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, destacando a importância dessa modalidade de ensino para a escolarização e avanços para educação brasileira.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão narrativa, definida como uma abordagem metodológica que permite a produção textual a partir de análises e interpretações de materiais bibliográficos que possibilitam a compreensão mais ampla do “estado da arte” de uma determinada temática, sob um ponto de vista teórico-conceitual e/ou contextual (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

A busca de materiais bibliográficos foi realizada nas plataformas: Google Scholar e Portal de Periódicos CAPES, sendo incluídos na revisão: artigos científicos, legislações, livros físicos e digitais, sem limite temporal, disponíveis gratuitamente na íntegra e em português.

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021

A análise das publicações envolveu a leitura seletiva de acordo com o objetivo do presente estudo, leitura analítica e sintópica dos materiais selecionados para obtenção dos conteúdos considerados emergentes e relevantes sobre a temática.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 SURGIMENTO DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO NO MUNDO

Em tempos remotos, de acordo com Gramsci *apud* Saviani (2007), o processo educacional sempre aconteceu, pois desde o início os ensinamentos são transmitidos através dos mais velhos para os mais novos, e é em tempos recentes que surgiram as escolas, a organização dos espaços coletivos e do ensino.

A palavra escola vem do grego *scholé* que significa: lugar de folga ou tempo livre. As pessoas que tinham tempos ociosos eram as que frequentavam esse lugar. A partir daí se desenvolveu uma forma exclusiva de educação. Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada como o ensino propriamente dito, permanecendo a separação entre educação e trabalho, com o passar do tempo mudanças foram ocorrendo, assim, como também no modo de produção escravista, rupturas aconteceram e a ordem feudal constituiu uma nova forma de escola que em nada lembra a grega (SAVIANI, 2007).

De acordo com Saviani (2007), a Revolução Industrial representou uma Revolução Educacional, colocando no centro do processo produtivo a máquina. No entanto, a forma como vai surgindo o modo de produção capitalista promoverá decisivas mudanças na própria educação o que vai direcionar para o Estado o papel de comandar e dar origem a ideia da escola pública, gratuita, universal, leiga e obrigatória. Quando se refere ao trabalho e educação, sabemos que esses termos são específicos de atividades humanas. Entretanto, a sociedade capitalista se utiliza da área educacional para transportar as raízes da separação social. Esse processo provocará o início do ensino e aprendizagem, em duas modalidades de educação:

[...] uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária,

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021

identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho (SAVIANI, 2007, p.155).

Portanto, essa dimensão histórica do capital atingiu a educação, acarretando, além da divisão da escola, também a permanência das desigualdades, o individualismo, analfabetismo e inúmeras pessoas sem condições ao acesso à educação (SAVIANI, 2007).

Especificamente, no Brasil o processo histórico educacional segue um caminho totalmente fragmentado, onde a cultura europeia transmitida pelos jesuítas trazia consigo exigências necessárias para compor a sociedade que nascia. A base do período colonial brasileiro se dava na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, o que incorreu em uma grande contribuição para a expansão de uma sociedade caracterizada pela autoridade sem limite dos donos de terras (SAVIANI, 2013).

3.2 SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O início do processo educacional no Brasil acontece em seu primeiro momento nos anos de 1549 a 1759 e é dominado pelos colégios jesuítas, mas ao longo desses anos a soma de todos os alunos alcançados por tal educação não atingia nem 0,1% da população brasileira, foi então que aconteceu a expulsão dos jesuítas e inicia-se então o segundo período 1759 a 1827, o qual foi representado pela reforma pombalina, introduzindo então as “Aulas Régias”, a base do ensino no primeiro período era o latim e grego, a partir do segundo período fica estipulado a língua nacional, no caso a língua portuguesa. O ensino ao longo desse período sofreu estagnação o que constituía um índice grande de analfabetismo (SAVIANI, 2013).

Entretanto, o Marques de Pombal passa a organizar a escola para servir aos interesses do Estado. A Educação brasileira passa a ser uma questão de Estado, onde essa reforma traz consigo o cuidado para servi-lo, contemplando apenas uma pequena porcentagem de pessoas, que por sua vez resumia aos filhos e herdeiros da elite colonial. Entretanto, nota-se uma vontade maior em obter uma transformação de Portugal em metrópole capitalista, utilizando-se de

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021 sua maior colônia que era na época o Brasil, para ofertar condições econômicas à frente de outras nações (SILVA *et al.*, 2018).

“Defendia o desenvolvimento cultural do Império português pela difusão das novas ideias de base empirista e utilitaristas; pelo “derramamento das luzes da razão” nos mais variados setores da vida portuguesa; mas voltaram-se especialmente para a educação que precisaria ser libertada do monopólio jesuítico, cujo ensino se mantinha, conforme entendiam, preso a Aristóteles e avesso aos métodos modernos de fazer ciência” (SAVIANI, 2013, p. 80).

3.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

No Brasil, a construção histórica da Educação de Jovens e Adultos, prevê também considerar em todos os seus processos político-educativos, a educação popular, muito bem definida por Paulo Freire, um dos seus idealizadores, a educação de adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás (FREIRE, 1976).

Ao longo do processo de colonização, a alfabetização de adultos tinha como objetivo fornecer o ensino da leitura e escrita para a população. Essa concepção foi adotada para que os colonos pudessem ler e seguir as ordens e instruções da corte, para que os índios pudessem ser catequizados e, mais tarde, para que os trabalhadores conseguissem cumprir as tarefas exigidas pelo Estado. O analfabetismo no Brasil existe desde o período colonial, entretanto só foi considerado como sendo um problema durante o final do período imperial (MORTATTI; FRADE, 2004).

No ano de 1909, o presidente do Brasil Nilo Peçanha publicou um decreto federal de número 7.566, de 23 de setembro de 1909, e a partir dessa publicação ficou instituído a criação das escolas de artifices, devido a uma preocupação com a formação para o trabalho, esse decreto teve como alicerces os ideais republicanos de educação, devido a uma crescente demanda de formação de mão-de-obra e no pensamento industrialista, e assim iniciou-se o desenvolvimento do ensino técnico no país (BRASIL, 1909).

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (CIAVATTA 2005, p. 2).

Entretanto, o sistema capitalista dividiu a sociedade entre os que trabalham e os que desfrutam dos resultados da atuação da classe operária. A construção que se tem é de um processo unilateral provocada pelo trabalho alienado, e também pela divisão social do trabalho. A unilateralidade se expressa de diversas formas, onde apenas os trabalhadores usufruíam dela, e a ideia principal que se tinha é que ela é a única e melhor para todos. Contudo, o conceito de omnilateralidade veio contrapor a ideia de unilateralidade, pois elimina limitações existentes na formação unilateral e conduz o homem a uma completude de capacidade produtiva (MANACORDA, 2007).

De acordo com Beisiegel (2004), a necessidade em propor a educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores, como na Constituição de 1934, mas é, sobretudo, na década de 1940 em diante, que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população, até então, excluídas da escola.

Em 1937, as escolas de aprendizes foram transformadas em Liceus Industriais e, em 1942, em Escolas Industriais e Técnicas. “Uma das causas dessa mudança foi a transformação do Brasil de um país agrário e exportador, dependente do café, em um país industrializado, parte da mudança causada pela crise de 1929, que abalou a economia brasileira e acelerou o crescimento da produção industrial”. Nos anos 40, também foi iniciada a formação de técnicos secundários e teve início uma integração maior entre a educação profissional e o sistema de educação brasileiro. “Até então, a educação profissional era muito apartada, mas nessa época houve um período de reformas, como a Reforma Capanema, que tentou organizar a educação no país e criou as bases para a primeira LDB, promulgada em 1961” (RODRIGUES, 2016 p. 3).

No início de 1950, aproximadamente 55% da população brasileira maior de 18 anos era constituída por analfabetos. Perante esse diagnóstico, apoiada no conceito de educação funcional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estimulou um movimento à criação

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021 de programas nacionais de educação de adultos analfabetos para atender as regiões consideradas mais atrasadas do país. Logo mais a partir da década 1960, grande parte da população de jovens e adultos não podia exercer sua cidadania plena por serem analfabetos, sem direito a participar das eleições, numa tentativa de ampliar o direito a educação para toda população visando à transformação que se almeja na sociedade brasileira (ALMEIDA; CORSO, 2014 p. 17).

Em 1964 o presidente de república, no uso das atribuições constante do artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, e, considerando a necessidade de um esforço nacional concentrado para eliminação do analfabetismo; Considerando que os esforços até agora realizados não têm correspondido à necessidade de alfabetização em massa da população nacional; Considerando que urge conclamar e unir todas as classes do povo brasileiro no sentido de levar o alfabeto àquelas camadas mais desfavorecidas que ainda o desconhecem; Considerando que o Ministério da Educação e Cultura vem provando, através da Comissão de Cultura Popular, com vantagem o Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido, decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do Sistema Paulo Freire, através do Ministério da Educação e Cultura. Art. 2º Para execução do Programa Nacional de Alfabetização, nos termos do artigo anterior, o Ministro da Educação e Cultura constituirá uma Comissão Especial e tomará todas as providências necessárias.

Art. 3º O Ministério da Educação e Cultura escolherá duas áreas no Território Nacional para início da operação do Programa de que trata o presente Decreto.

Art. 4º A Comissão do Programa Nacional de Alfabetização convocará e utilizará a cooperação e os serviços de: agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis.

Art. 5º São considerados relevantes os serviços prestados à campanha de alfabetização em massa realizada pelo Programa Nacional de Alfabetização.

Art. 6º A execução e desenvolvimento do Programa Nacional de Alfabetização ficarão a cargo da Comissão Especial de que trata o Artigo 2º (BRASIL, 1964 p.1).

3.4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DURANTE O GOLPE MILITAR

O golpe militar produziu uma ruptura política, os movimentos de educação e cultura popular fora reprimido e seus dirigentes impedidos de continuar com os movimentos. A Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” foi

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021 interrompida e seus dirigentes foram presos. Então os primeiros anos do período militar o problema da educação de adultos foi deixado de lado, isso tem repercussão internacional e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO intervêm e as orientações pedagógicas e técnicas para a área passam a ser da responsabilidade e orientação de técnicos americanos (FÁVERO, 2004).

A UNESCO é um acontecimento marcado naquele contexto histórico, quando se tentava investir em educação, cultura e melhoria da qualidade de vida, em contraposição à imagem hedionda da humanidade mostrada na guerra. Após o golpe militar no ano de 1964, novamente o estado assume o papel de propor iniciativas, pressionado por questões econômicas e ideológicas. Em 1968, houve a criação do Mobral, ele foi mais uma tentativa do Estado brasileiro, depois foi criada a modalidade de Ensino Supletivo e com a extinção do Mobral foi formado a Fundação Educar que na verdade era a continuação do Mobral, só que com algumas modificações (FÁVERO, 2004).

Após esse período o presidente da república Ernesto Geisel, decreta a transformação de algumas das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica de acordo com a lei nº 6.545 de 30 de junho de 1978, essas escolas técnicas foram criadas no ano de 1959 e a partir de 1978 tornaram-se centros (CEFETS), com intuito de formar profissionais trabalhadores que contribuísse de forma rápida para o crescimento do país (RODRIGUES, 2016).

Sobretudo, mesmo diante de todos os acontecimentos entre os anos de 1964 até março de 1985, a educação de adultos esteve estagnada, ressurgindo com a democracia instalada nos anos de 1980, a partir da Constituição Federal de 1988, a qual definiu uma nova concepção de Educação de Jovens e Adultos. O Art. 208, no inciso I e VI, determinam que:

[...] o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive para todos os que a ela não tiveram acesso a idade própria. [...] oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; (BRASIL, 1988).

3.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA DÉCADA DE 90

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021

No Ano Internacional da Alfabetização 1990, em todo o Brasil foram realizados diversos debates, encontros, congressos e seminários por entidades governamentais e não governamentais com intuito de discutir e apresentar propostas para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Mas, infelizmente, o que aconteceu foi o recuo com relação aos avanços obtidos na década de 80, nesse mesmo ano de 1990 foi extinta a Fundação Educação e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), deu início neste mesmo ano ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), extinto após um ano de funcionamento por falta de investimento financeiro (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Uma série de perdas se acumulou na década de 1990, houve o rebaixamento da idade para prestar exames para o supletivo, assegurado por lei. A idade mínima para acesso ao ensino fundamental ficou estabelecida em 15 anos e para o ensino médio em 18 anos. A educação de jovens e adultos passou a ter caráter supletivo e de aceleração do ensino regular, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) que excluiu os jovens e adultos pela via econômica (CURY, 2002).

3.6 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DO SÉCULO XXI

De acordo com Haddad e Di Pierro (2015), os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a nova identidade da educação de jovens e adultos (EJA), ampliada, fragmentada, heterogênea e complexa, revelou-se nas atividades propostas pelas diferentes entidades, especialmente, pelo número elevado de experiências desenvolvidas voltadas à alfabetização, à educação básica, ou aos cursos profissionalizantes de nível básico. Nos anos de 2003 a 2010, ocorreu à expansão da educação profissional, e passou a mencionar a alfabetização de jovens e adultos como área de interesse prioritário, incorporaram-se as matrículas ao financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e desenvolveram-se várias iniciativas distribuídas em diferentes Ministérios no período compreendido entre 2002 a 2006 voltadas os jovens e adultos trabalhadores.

No ano de 2008, todo esse processo da educação profissional e tecnológica que vem se construindo no país chega ao marco, onde acontece

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021 enfim, a criação dos Institutos Federais de Educação, criou-se o PROEJA, instituído como programa educacional brasileiro pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 para todas as esferas de ensino estadual, municipal e federal (BRASIL, 2006). Vale ressaltar que esse Decreto deriva de uma ampliação do Decreto 5.478 de 24 de junho de 2005, que criou o Programa, mas, no entanto, limitava sua extensão ao âmbito das instituições federais de educação tecnológica e ao nível médio (BRASIL, 2005).

Entretanto, o PROEJA configura-se como uma proposta de integração da educação profissional à educação básica, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. O que hoje está expresso legalmente como possibilidade de integração ou articulação entre as duas modalidades (EJA e Educação Profissional) são marcadas historicamente no Brasil por características que as colocam em uma mesma trajetória, ambas se destinaram a classe trabalhadora (VENTURA, 2007).

Porém as lutas com relação ao ensino da EJA têm avançado, mesmo que de forma lenta, e que o trabalho precisa se constituir como um princípio educativo. Percebe-se que unilateralidade vem acompanhado todo o processo, no entanto, a busca pela inserção omnilateral está presente e essa reorganização traz consigo o conceito de politecnia, que tem como um desafio, portanto, da concepção politécnica de educação construir-se enquanto um método de formação humana (RODRIGUES, 1998).

Politecnia ou instrução politécnica aparece nos pressupostos de Marx como parte da formação integral ou omnilateral. Saviani considera que “na abordagem marxista o conceito de politecnia implica a união entre escola e trabalho ou, mais especificamente, entre instrução intelectual e trabalho produtivo” (SAVIANI, 2007 p. 30).

Ramos (2010) destaca que a politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científico das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e sua base está determinada por princípios. Acredita-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. Não se trata de um trabalhador

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021 ensinado para executar uma tarefa com perfeição pelo contrário, trata-se de possibilitar um desenvolvimento multilateral, que oferte oportunidades de amplos conhecimentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da educação é fundamentada no modelo separatista, com divisões de classes e conforme vai abrangendo outros patamares, o modelo capitalista vai se ramificando e solidificando no Brasil conforme o número populacional vai se expandindo, essa divisão vai se repetindo ao longo do tempo e as oportunidades de estudo para as pessoas de classes mais baixas entra em declínio quando comparado ao trabalho.

As políticas públicas vão surgindo com intuito de tentar amenizar o número elevado de jovens e adultos analfabetos no país, porém a educação permanece cada vez mais fragmentada. A construção do processo de alfabetização acompanha a história do Brasil, ou seja, é antiga e mesmo assim quando comparada a educação regular, percebe-se que ainda precisa crescer bastante para tentar se igualar.

Junto com esse desenvolvimento histórico, a educação profissional e tecnológica também traça seu caminho e se une a educação de jovens e adultos após a criação dos institutos federais de educação, surgindo assim uma proposta inédita que traz um novo conceito e avanço na oferta da educação de jovens e adultos, configurando-se como: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), trazendo consigo ações educativas com intuito de proporcionar uma educação a omnilateral e politécnica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; CORSO, A.M. **Educação de jovens e adultos: interfaces política, histórica e pedagógica**. 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/854/5/EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20JOVENS%20E%20ADULTOS.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.566 de dezembro de 1906. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jul. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021

BRASIL. Decreto nº 53.465 de janeiro de 1964. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 jan. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília, DF, 18 de jan. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.478 de junho de 2005. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jun. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5478-24-junho-2005-537577-norma-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2021

BRASIL. Decreto nº 5.840 de junho de 2006. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)**. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL. **Programa Nacional de Integração Da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. 74 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.022 de dezembro de 2009. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 de dez. 2009. Disponível em: Acessado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7022.htm. Acesso em: 10 jul. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostras de domicílios contínua**. IBGE, Brasília, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/00e02a8bb67cdedc4fb22601ed264c00.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

BEISIEGEL, C.R. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. 2.ed. Brasília: Líber Livro, 2004, 207 p. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Celso Beisiegel Estado e Edu cacao Popular 2 ed.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Celso%20Beisiegel%20Estado%20e%20Educao%20Popular%202%20ed.pdf) . Acessado em: 14 jul. 2021.

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, n. 80, p. 168-200, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4q8q4LLXBcnxRcxD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2021.

CIAVATTA, M. A Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v.3, n.3, p.1-20, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em 09 jul. 2021.

FÁVERO, O. Lições da história: avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, I.B.; PAIVA, J. (Orgs.) **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia saberes necessários à pratica educativa**. São Paulo: Paz e terra. 1996. 76 p. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p.1-25, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2021.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cadernos Cedes**, n. 96, p. 197-217, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/q4xPMXVTQvQSYrPz9qQBCgN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea Editora, 2007. 211p. Disponível em: https://gepel.furg.br/images/MANACORDA_MARX_E_A_PEDAGOGIA_MODALNA.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

MORTATTI, M. R. L.; FRADE, I. C. A. S. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Editora Unesp, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao_ebook.pdf. Acesso em 21 out. 2021.

RODRIGUES, T. **História da Rede Federal de Educação Profissional é tema de conferência na EPSJV**, 2016. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/printpdf/5480>. Acesso em: 16 jul. 2021.

RODRIGUES, J. **A educação politécnica no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUFF. 1998. 60 p. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2->

Revista Conexão na Amazônia, ISSN 2763-7921, v. 2, n. Edição especial VI Conc&t, 2021
[6SF/PPGEA/A%20Educa%E7%E3o%20Polit%E9cnica.pdf](#). Acesso em: 10 jul. 2021.

RAMOS, M. N. **Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional**. Rio de Janeiro: Educação e Realidade. 2010. 22 p. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/11029/7197>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SILVA, A. R. *et al.* Estrutura e Funcionamento do Ensino no Período Pombalino no Brasil. **Revista Multidisciplinar de Psicologia**, v. 12, n. 41, p. 637-648, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1247#:~:text=%C3%89%20instaurado%20no%20lugar%20do,a%20ensino%20das%20aulas%20r%C3%A9gias>. Acesso em: 02 jul. 2021.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Editora Autores Associados Ltda. 2013. 254 p.

VENTURA, J. P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos Históricos**. 2007. Disponível em: <http://ppgo.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSK, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 28 jul. 2021.